



## POLÍTICA CULTURAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

*Simone Amorim\**

### RESUMO

O texto destaca os principais marcos referenciais do campo das políticas públicas de cultura nas últimas três décadas, num Brasil que viu crescer em importância – econômica, social e política – as atividades organizativas em torno da Cultura. Ao dar centralidade à ampliação da participação social em processos decisórios de formulação e eleição de prioridades na arena cultural das cidades, ratifica que a cultura pode participar como importante indutor do desenvolvimento e do fortalecimento da sociedade civil. Destaca ainda o privilegiado momento histórico que vive o Rio de Janeiro e como está se dando o processo de articulação regional que culminará com o Plano Estadual de Cultura fluminense, capitaneado pela Secretaria Estadual de Cultura e com a participação de articuladores culturais em seus 92 municípios.

### PALAVRAS-CHAVE

Políticas Culturais, Participação Social, Brasil, Rio de Janeiro.

---

\* *Mestre em Patrimônio Histórico e Bens Culturais, Gestora Cultural, xsimoneamorimx@yahoo.com.br*



A temática da Cultura no cotidiano das políticas brasileiras, de um modo geral, vem se ampliando significativamente quanto ao volume de iniciativas dos dirigentes públicos e privados há algumas décadas. Segundo Ana de Hollanda, atual Ministra da Cultura: “*a criação do MinC é o reconhecimento, ao longo de sua história, da importância especial que a cultura tem na vida cotidiana do nosso povo (...). Assim, seremos capazes de dimensionar a importância do setor na economia, na política e na cidadania, possibilitando o desenvolvimento de políticas de Estado mais efetivas*”<sup>1</sup>.

Tal fortalecimento do campo corrobora a ideia de que a “área cultural pode ter um peso muito importante ao contribuir para a criação de um modelo de desenvolvimento integral”<sup>2</sup>, defendida pelo economista argentino Bernardo Kliksberg e compartilhada por alguns pesquisadores brasileiros, uma vez que a noção de desenvolvimento baseada apenas na busca de crescimento econômico sofreu um forte abalo com a emergência do novo paradigma que contempla na atualidade as dimensões social, ambiental, institucional e cultural da vida humana<sup>3</sup>.

Celso Furtado, na obra *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984), destacou que: “*Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora*”<sup>4</sup>.

De fato, o aumento da participação social nos processos decisórios do Estado, em linha com o espírito da própria Constituição de 1988, é hoje mais frequentemente percebido como tendência no planejamento do próprio Estado. No Rio de Janeiro, pode ser constatado, por exemplo, no Plano Plurianual - PPA 2007-2011, que considera que: “*Dentre os principais fatores dos contextos externo e interno que influenciam o futuro do Rio de Janeiro no horizonte 2007-2027, pode-se destacar os seguintes (...)* Tendências Consolidadas e Invariantes Nacionais com Impacto sobre o Futuro do RJ: *Construção de um novo espaço público: reformas do Estado e da Constituição,*

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/03/15/26-anos-do-minc/>, acessado em 14/09/2011.

<sup>2</sup> KLIKSBERG, 2010, p.328.

<sup>3</sup> COSTA, 2010, p.140.

<sup>4</sup> FURTADO, 1984, p.12.



*aumento da cobrança pela adoção de boas práticas de gestão pública e novas relações com a sociedade (accountability)”<sup>5</sup>.*

Percebe-se um aumento da participação da sociedade, especificamente no campo da cultura, no primeiro mandato do Presidente Lula, quando o Ministério da Cultura assume o papel de destaque na articulação da política de cultura nacional, dando centralidade à participação social na elaboração dessas políticas. Destacam-se como ações do período, entre outras, as Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2005 e 2010 e o Programa Cultura Viva, que tem como ação principal os Pontos de Cultura<sup>6</sup>. Observe-se, contudo, que o principal mecanismo de investimento de recursos ainda permanece predominantemente sob gestão das empresas, uma vez que a reformulação da Lei Rouanet ainda não foi efetuada.

Nosso objetivo nestes breves apontamentos é destacar a importância da ampliação da participação social em processos decisórios do planejamento público como uma chave importante para o aperfeiçoamento da teoria democrática. E que um retorno à participação ampliada poderia dar conta de se aproximar do ideal máximo de “agregação de vontades” (Rousseau). Propondo um destaque dos mecanismos deliberativos (Habermas) nas políticas de cultura na atualidade, já que estes encerrariam forte influência sobre a tomada de decisão. “Uma democracia mais deliberativa, neste sentido, seria aquela em que os cidadãos abordam os problemas públicos por meio de um pensar conjunto sobre a melhor maneira de resolvê-los” (Fung, Cohen).

As três últimas décadas foram especialmente significativas para o campo das políticas de cultura no Brasil, com destaque para dois períodos: a segunda metade dos anos 1980 e os anos 2000 até a atualidade.

---

<sup>5</sup> SEPLAG, 2008, p.28.

<sup>6</sup> Pontos de Cultura são: “entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>, acessado em 15/9/2011.



Do primeiro período destacam-se a abertura democrática e a retomada dos governos civis. No governo do presidente José Sarney (1985-1990), duas ações tornaram-se marcos no campo das políticas públicas de cultura: (i) a criação do Ministério da Cultura, em 15 de março de 1985, cujas atribuições eram anteriormente de responsabilidade do Ministério da Educação, e que tomou a si as ações referentes às letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional, o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural do Brasil e (ii) a criação da primeira lei de incentivos fiscais para promoção “privada” de investimento em cultura no país.

Reconhecida como Lei Sarney, a Lei nº. 7505 de 2 de junho de 1986, inaugura uma nova forma de promoção da cultura. Controversa, dividindo opiniões e argumentos, a atuação privada no fomento à cultura no país, hoje via Lei nº. 8.313 de 23/12/1991, ou Lei Rouanet<sup>7</sup> como é comumente nomeada, tem sido desde então objeto de polarizadas discussões entre os agentes da cena cultural brasileira, públicos e privados: “*Conforme documento do Ministério [da Cultura], em 18 anos de vigência da Lei Rouanet, dos oito bilhões investidos, mais de sete bilhões foram recursos públicos. Ou seja, a Lei só mobilizou 5% de recursos das empresas e muitas delas eram públicas*”<sup>8</sup>.

O segundo marco é o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010, quando o Estado retoma o protagonismo sobre a política de cultura no país, significativamente esvaziada no governo Fernando Henrique<sup>9</sup> pela ampliação de uma estratégia que priorizou o aumento da participação do mercado no universo da produção cultural.

Conforme destaca o especialista em políticas culturais Albino Rubim: “*Na coletânea de discursos “programáticos” pronunciados em seu primeiro ano de governo, Gilberto Gil privilegiou dois assuntos que batiam de frente com a tradição das ausências. Ele enfatizou o papel ativo do Estado, criticou sua omissão no campo cultural e chegou a*

---

<sup>7</sup> A Lei ficou conhecida pelo nome do então Secretário de Cultura, o Diplomata Sérgio Paulo Rouanet, que ocupou o cargo pelo período de 1991 a 1992. Em 1990, no governo Collor, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação revertida pouco mais de dois anos depois. Informação disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/o-ministerio/historico-do-ministerio-da-cultura/>, acessado em 14/09/2011.

<sup>8</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA, *apud*, RUBIM, 2012, p.12.

<sup>9</sup> Cf. informação da ONG Contas Abertas, em 2003 o orçamento da pasta era de 0,2% das receitas totais da União, em 2010, este orçamento saltou para 0,7%. A recomendação da ONU é que os países destinem 1% de seu orçamento à Cultura. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=8>, acessado em 15/09/2011.



*propor politicamente que “formular políticas culturais é fazer cultura” (Gil, 2003, p.11). (...) Gil igualmente fez nos discursos programáticos críticas contundentes à gestão FHC/Francisco Weffort naquilo que ela significou a expressão maior da nova modalidade de ausência, consubstanciada nas leis de incentivo: retração da atuação e do poder de deliberação do Estado em detrimento das empresas, ainda que a imensa parcela dos recursos acionados fosse de origem pública”<sup>10</sup>.*

É claro que esta exposição sumária representa apenas parte das mudanças empreendidas no período compreendido entre 1986 e 2011, num Brasil que viu crescer em importância as atividades organizativas em torno da cultura em um ambiente democrático. Um movimento fortemente influenciado pela configuração internacional do tema, expressa, por exemplo, na definição pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), da década mundial para o desenvolvimento cultural (1988-1997) e na publicação, em 2001, da Declaração Universal da Diversidade Cultural, ambos tratados ratificados pelo Brasil.

O escritório local da UNESCO no Brasil, a respeito da nossa realidade considera que: *“Grande esforço tem sido feito em direção ao planejamento e à criação de sistemas de gestão – cultura, museus, patrimônio – que integrem os três níveis de governo, setor privado e comunidade. (...) Essa não é, no entanto, uma realidade nacional, em que a gestão da cultura, especialmente nos municípios, é ainda muito débil e muito sujeita a oscilações. A necessidade de apreender a dimensão das transformações em curso esbarra na fragilidade ou mesmo na ausência de indicadores de acesso, demanda e consumo de cultura que forneçam subsídios para a formulação das políticas”<sup>11</sup>.*

A despeito do cenário nacional, brevemente mencionado acima, percebe-se igualmente um aumento na articulação Estado Sociedade em âmbito regional no estado do Rio de Janeiro em torno de políticas públicas no campo da cultura. Levando em consideração as potencialidades das regiões fluminenses e a dinâmica de fluxos de interação capazes de animar processos de desenvolvimento que promovam melhores condições de existência das populações locais, não apenas no âmbito simbólico, mas também no

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Cf. mencionado na página da UNESCO na web: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/>, acessado em 03/09/2011.



econômico. Isto é, promovendo ações que permitam, alternativamente ao histórico de ausências e instabilidades no campo da Cultura<sup>12</sup>, que políticas sejam construídas conjuntamente aos atores locais, possibilitando talvez ações mais sólidas e perenes.

O estado do Rio de Janeiro, profícuo em servir de modelo cultural aos demais estados brasileiros<sup>13</sup>, principalmente a partir de sua capital, experimenta na atualidade um momento significativo de oportunidades de desenvolvimento na esteira dos grandes eventos internacionais que sediará nos próximos anos e nos muitos investimentos econômicos que já começam a se consolidar<sup>14</sup>. O que nos motiva ao empreendimento de reflexões sobre o teor das estratégias na qual se baseiam as políticas no campo da cultura, não apenas na capital do estado, mas também nas demais regiões fluminenses.

Conforme destacou a Secretária de Cultura de Toronto em recente evento internacional, várias práticas corroboram a afirmação de que a Cultura é o futuro das cidades. A gestora pública destaca impactos econômicos da cultura e também seu potencial para o desenvolvimento humano e social<sup>15</sup>: *“O enorme impacto econômico do “ir ao Guggenheim” de Bilbao é um exemplo extremo de como a cultura pode mudar o destino econômico de uma cidade, mas há um corpo crescente de teoria e pesquisa que busca provar o que muitos sabem instintivamente há anos. Cidades com muita atividade cultural são ímãs para atrair pessoas criativas e capazes”*.

O período compreendido entre os dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República no Brasil, de janeiro de 2003 a

---

<sup>12</sup> Cf. destaca RUBIM, 2010.

<sup>13</sup> Cf. destacou o economista Carlos Lessa: “Aglutinador da variedade do país, o Rio é percebido pelos brasileiros como a síntese de características e potencialidades nacionais, espaço aberto a todos os que, aqui chegados seriam cariocas: o lugar que os estrangeiros invejariam. Ser do Rio não dependeria da naturalidade, mas de um estado de espírito e da adoção de seus modismos. Todos poderiam ser um pouco cariocas mesmo sem residir na cidade, desde que adotassem os padrões cariocas de comportamento”. LESSA, 2000, p.13.

<sup>14</sup> Cf. informado pelo jornal O Globo: O Estado do Rio foi o que mais recebeu recursos nacionais e estrangeiros em 2010, ultrapassando São Paulo e Minas Gerais. Segundo dados do Relatório de Anúncios de Projetos de Investimentos (Renai), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos US\$ 268,8 bilhões anunciados para o Brasil no ano passado, US\$ 18,45 bilhões foram destinados ao estado. A Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e o setor de petróleo são os principais fatores de atração de investimentos. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/09/13/rio-de-janeiro-foi-estado-que-recebeu-mais-investimentos-nacionais-estrangeiros-em-2010-925346363.asp>, acessado em 15/09/2011.

<sup>15</sup> DAVIES, 2008, p.72.



dezembro de 2010, representa um novo momento no campo da Cultura. Segundo a pesquisadora da USP Isaura Botelho: *“Somente em 2003, depois de tantas idas e vindas ao longo desses anos, o Ministério da Cultura deu início a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural. Nesse sentido, houve um grande investimento de recuperação de seu orçamento e a discussão de mecanismos que possibilitassem uma melhor distribuição de seus poucos recursos do ponto de vista de equilíbrio regional”*<sup>16</sup>.

As comunicações do Ministério retomam, desde então, de maneira mais enfática o enfoque da cultura pela perspectiva antropológica, priorizando a atuação do Estado em prol da promoção e garantia do conjunto universal de saberes e fazeres que englobe todos os brasileiros de forma equânime, dando ênfase à economia da cultura e ao relevante papel do setor no desenvolvimento do país.

Esse direcionamento do âmbito federal influenciou diretamente a forma como os estados da federação passaram a formular seus planos, projetos e ações. Um dos mais importantes aspectos do período foi a preocupação em envolver a sociedade nesse debate: *“A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e Juca*<sup>17</sup>. *Proliferam encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura”*<sup>18</sup>.

Nesse contexto, três principais projetos se destacam: implantar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), aprovar no Congresso o Plano Nacional de Cultura (PNC) e um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 150) que determina que anualmente 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente em Cultura. Apenas o PNC está em vigor,

---

<sup>16</sup> BOTELHO, 2007, p.128.

<sup>17</sup>O Administrador e Músico Gilberto Gil foi Ministro da Cultura de janeiro de 2003 a julho de 2008, o sociólogo Juca Ferreira entre o período de agosto de 2008, até o final do Governo Lula em dezembro de 2010.

<sup>18</sup> RUBIM, 2010, p.14.



instituído pela Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010, os outros dois encontram-se em fase final de tramitação, sendo que a PEC foi aprovada pelo Congresso Nacional e o SNC ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Por fim, é sobre uma dessas políticas que pretendemos dar destaque: a construção do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, cuja metodologia segue as mesmas articulações feitas em âmbito federal para a elaboração do PNC e cujo resultado final terá plena capacidade de representar um novo marco em termos de participação da sociedade civil fluminense no planejamento e definição de prioridades para o campo da cultura para os próximos anos.

Segundo informação disponível no *website* oficial da Secretaria Estadual de Cultura do RJ (SEC): *“O Plano Estadual de Cultura tem como principal objetivo a definição de políticas públicas de longo prazo no estado do Rio de Janeiro. A construção do Plano está sendo coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC), em parceria com a sociedade civil, o Conselho Estadual de Cultura (CEC), os órgãos de cultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro e o Ministério da Cultura. O Plano está sendo elaborado a partir do diálogo com os agentes culturais dos 92 municípios”*<sup>19</sup>.

O Plano encontra-se no momento em fase de aprofundamento do diagnóstico preliminar concluído nas regiões e de elaboração das propostas de sua redação final. Dois fatores contribuíram para que a redação do Plano Estadual não estivesse pronta no final de 2010, data inicialmente prevista para que ele entrasse em aprovação: o fato de a equipe de técnicos da SEC responsável pela articulação do plano junto aos municípios ter sofrido alterações; e a eleição para renovação do poder executivo estadual, ocorrida em fins de 2010, que fez com que algumas políticas aguardassem a confirmação de quem assumiria a pasta da Cultura no estado do RJ. Com a vitória do Governador Sérgio Cabral Filho para mais um mandato, a atual Secretária Estadual de Cultura Adriana Rattes foi convidada a continuar por mais um período no cargo.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/plano-estadual-de-cultura>, acessado em 12/09/2011.





Desta forma, o Plano encontra-se em fase final de elaboração. Ainda segundo o *site* da SEC: “A *mobilização e o levantamento de dados para a construção do Plano Estadual de Cultura teve início em agosto de 2009. Desde então foram realizados 92 encontros municipais, oito conferências regionais de cultura (abrangendo as oito regiões do estado) e uma conferência estadual. Todos esses encontros reuniram aproximadamente quatro mil pessoas*”<sup>20</sup>.

Este texto buscou ao longo de suas análises apresentar uma demonstração panorâmica e pouco aprofundada, mas ilustrativa dos muitos processos democráticos de mobilização social que mecanismos participativos de construção de políticas podem dar lugar. Ao refazer os caminhos da articulação empenhada pelo Estado na construção de suas políticas tem-se hoje fartos exemplos de formas de participação da sociedade civil<sup>21</sup> na formulação estratégica das políticas, o que pode ser (ou vem sendo) exitoso no fortalecimento da democracia e em última instância, na construção do desenvolvimento que queremos para o nosso estado.

As políticas públicas de cultura podem de fato fomentar o desenvolvimento, quando articulam a participação ampliada da sociedade civil em seus processos de formulação e implementação (democracia participativa) e consideram os ativos culturais como portadores de valor simbólico e econômico, capazes de contribuir com os demais ativos para o desenvolvimento local<sup>22</sup>. A esse respeito, Boaventura de Sousa Santos vai ainda mais longe ao destacar que: “*As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam*<sup>23</sup> *não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações*

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Para entendimento de sociedade civil será adotada a definição de Gramsci: “esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito (...). Conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.” (COUTINHO, 1999, p.121-127).

<sup>22</sup> A noção de Desenvolvimento Local adotada neste trabalho é aquela que ao se referir a este tipo de desenvolvimento considera os aspectos de “desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental preconizando, portanto, investimentos em capital financeiro, social e natural” (ZAPATA, 2007, p.63).

<sup>23</sup> O autor refere-se aos novos movimentos sociais (NMSs), articulados principalmente nas duas últimas décadas do século XX.



*concretas imediatas e locais (...), exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais*”<sup>24</sup>.

A definição de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO expressa na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural<sup>25</sup> (2001) é o marco referencial mundial no campo da Cultura: “*a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças*”.

A de Política Cultural: “*um conjunto de ações elaboradas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população*”<sup>26</sup>. Não desconsiderando que as políticas de cultura no Brasil levam em conta a produção das artes de um modo geral, ou seja, a cultura no sentido de uma atividade que requer um público e que precisa, portanto, criar seu “mercado”.

A participação ativa da sociedade civil na construção das políticas públicas pode ser um forte indutor do protagonismo da cultura no desenvolvimento regional. Conforme destaca a socióloga Lúcia Lippi: “*Por Sociedade civil entendemos os novos movimentos sociais progressistas em que o cultural se torna arena crucial de luta. A cultura passa a ser entendida como uma dimensão da vida social. Há uma nova agenda onde, acoplados aos direitos humanos e civis, constam também os direitos culturais*”<sup>27</sup>.

Ainda neste sentido aproximamos os temas *Cultura e Desenvolvimento*, principalmente suportados pelas formulações do economista Celso Furtado, em sua obra *Cultura e desenvolvimento em época de crise*<sup>28</sup>. O Economista, que também foi Ministro da Cultura pelo período de fevereiro de 1986 a agosto de 1988, sob o governo do então

---

<sup>24</sup> SANTOS, 2010, p.261.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>, acessado em 8/9/2011

<sup>26</sup> CALABRE, 2009, p.12.

<sup>27</sup> LIPPI, 2007, p.148.

<sup>28</sup> Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



presidente José Sarney é ainda hoje uma das referências centrais no campo das políticas públicas de cultura no Brasil<sup>29</sup>.

A formulação básica de sua ideia de desenvolvimento, tomando como referencial as potencialidades culturais de um povo, é aquela cuja vontade política considera ativamente a participação da sociedade em seus processos decisórios: “o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisões”<sup>30</sup>.

E objetivando, em última instância, a justiça social: “*Cumpre-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização*<sup>31</sup> *da nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades da nossa cultura*”<sup>32</sup>.

Furtado foi quem primeiro no Brasil aproximou a noção de cultura, até então vinculada ao patrimônio material e às artes reconhecidas, à noção antropológica adotada nos dias de hoje, para ele: “Cultura seria então a forma como cada sociedade se organiza simbolicamente, portanto, possuiria uma noção totalizadora e sistêmica”<sup>33</sup>. Foi nesse mesmo período de meados dos anos de 1980, com a abertura política do país, o retorno de intelectuais e artistas anistiados (1979), que se percebe uma “valorização da democracia, a emergência dos movimentos sociais e a valorização da cidadania”<sup>34</sup>.

A respeito desse pensamento, Alexandre Barbalho destaca como parte da construção esquemática de Furtado que: “*é preciso dialogar com elementos do passado, indispensáveis à construção de uma identidade própria, relacionando-os com o*

---

<sup>29</sup> Cf. BARBALHO, 2011.

<sup>30</sup> FURTADO, 1984, p.30.

<sup>31</sup> Furtado usa o termo para designar ‘redução de desigualdades’.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> BARBALHO, 2011, p.110.

<sup>34</sup> LIPPI, 2007, p.147.



*presente. Isso não deve ocorrer de forma espontânea, mas por meio de ações deliberadas, o que exige a atuação de políticas culturais promotoras da criatividade*”<sup>35</sup>.

É de Furtado a afirmação de que: *“a questão central se cinge a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos. (...) A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural*”<sup>36</sup>.

Em reforço a essa ideia e para finalizar este breve artigo, destacamos a declaração de David Harvey para quem: *“O poder monopolista coletivo, que a governança urbana é capaz de comandar, pode sempre ser orquestrado em oposição ao cosmopolitismo banal da globalização multinacional*”<sup>37</sup>. Que a nossa globalização se dê na universalização da participação nos rumos estratégicos que elegermos para as nossas cidades e não na padronização acachapante das nossas formas de vida e legitimação das nossas demandas sociais.

### ***Referências bibliográficas sobre o tema***

AMORIM, S. A abordagem da cidadania cultural na formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC; FGV, 2009. 97p.

BARBALHO, A., CALABRE, L., MIGUEZ, P., ROCHA, R. (org.). Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011.

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A., BARBALHO, A. (orgs.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador, EDUFBA, 2007.

---

<sup>35</sup> Idem, p.112.

<sup>36</sup> FURTADO, 1984, P.32.

<sup>37</sup> HARVEY, 2005, p.236.



CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANEDO, D. A mobilização da sociedade para a participação na elaboração de políticas públicas de cultura. In: BARBALHO, A., CALABRE, L., MIGUEZ, P., ROCHA, R. (org.). Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011.

COSTA, F. Cultura e desenvolvimento: referências para o planejamento urbano e regional de bacias culturais. In: CALABRE, L. (org.). Políticas Culturais: Diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

COUTINHO, C.N. Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAVIES, R. A cultura é o futuro das cidades. In: COELHO, T.(org.). A Cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HARVEY, D. A arte da renda: A globalização e transformação da cultura em commodities. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E. (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

KLIKSBERG, B. “Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento?” In: KLIKSBERG, B., SEN, A. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



LESSA, C. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIPPI, L. Política nacional de cultura: dois momentos em análise – 1997 e 2005. In: GOMES, A. (Coord.). Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Plano Plurianual 2008-2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2008.

RUBIM, A. Políticas culturais no governo Lula (org.). Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, B. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 13ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZAPATA, Tânia. Org. Desenvolvimento local e participação social. Recife: IADH, 2007.